

**DEBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES:
OPINIÕES DIVERGENTES ENTRE PROFESSORES**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.031-044>

Vanderlei Balbino da Costa

Pós-doutor em educação especial inclusiva - docente da Faculdade de Educação – FE – UFJ GO

Suze Gomes Fernandes

Graduada em Letras Inglês – UFJ GO

Raífa Resende Alves

Mestrando do PPGE UFJ

Amanda Rodrigues de Oliveira

Mestrando do PPGE UFJ

Eva A. Oliveira

Doutora em educação - docente da Faculdade de Educação – FE – UFJ GO

Patrícia Sousa Silva

Mestrando do PPGE UFJ

Paulo Henrique Purcena Guimarães

Mestrando do PPGE UFJ

RESUMO

Ao longo da história da educação, temos presenciado diferentes posturas teóricas sobre as adaptações curriculares. Ao se referir à adaptação curricular para as pessoas com deficiência, o debate torna-se mais acentuado, pois não há consenso entre os professores se o currículo deve ou não ser adaptado. O problema que suscitou a reflexão foi: por que ainda registra-se resistência dos professores em realizar as adaptações nos currículos escolares? Os objetivos nesse processo investigativo foram: entender, à luz dos referenciais teóricos, as razões, pelas quais os professores da escola comum quase não fazem as adaptações curriculares; analisar se é pela falta de formação inicial e permanente que os professores encontram dificuldades para realizar as adaptações no currículo; identificar as principais barreiras pedagógicas que impedem as adaptações curriculares nas escolas em todos os níveis. A opção foi pela pesquisa qualitativa, apoiando em investigação bibliográfica e documentos que embasam a temática sobre as adaptações curriculares. Referenciais nos poem frente uma indagação: o dilema é - adaptar ou não o currículo, considerando que no *espaçotempo* da escola os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas estão ocupando as escolas comuns em todos os níveis. Resultados garimpados na literatura vem nos mostrando que não há entre os professores consenso se o currículo deve ou não ser adaptado. Considerações, claro, não conclusivas nos levaram a refletir sobre a veemente necessidade de se investir na formação permanente dos professores, no que concerne às adaptações curriculares nas escolas.

Palavras-chave: Adaptação curricular. Formação de professores. Estudantes com deficiência.



1 INTRODUÇÃO

O descortinar do novo século, nasce trazendo para a educação a possibilidade de construir na escola em todos os níveis, um modelo de educação que seja capaz de incluir nos mesmos *espaçostempos* todas as pessoas independentes se essas são ou estão em situação de deficiência.

O processo de inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação vem se configurando como uma proposta de educação que seja capaz de incluir nas escolas negros, indígenas, quilombolas, menores de rua, despossuídos presentes nos diversos contextos sociais.

À luz da literatura que enfatiza essa questão, reportamos à alguns movimentos internacionais que borbulharam, como a Declaração Mundial de Educação Para Todos, Jomtien, (Unesco, 1990); a Declaração de Salamanca, Espanha (Unesco, 1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 (Brasil, 1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) dentre outros, contribuíram para a construção de novos paradigmas que, na perspectiva de Freire (1992), precisa ser libertadora, humana e humanizante.

Os limites da inclusão na escola comum surgem na medida em que nossos planejamentos são homogêneos, os conteúdos são engessados e o currículo é inflexível, como se nossos estudantes aprendessem do mesmo jeito, da mesma forma, enfim, ao mesmo tempo. De acordo com Glat (2004), o maior desafio da escola na atualidade é ensinar os estudantes com deficiência em um espaço, cujos conteúdos, o currículo e o planejamento dos docentes não são e não estão adaptados às diferentes necessidades educativas específicas. Glat é incisiva em afirmar que a inclusão que almejamos tenta se manter em uma escola deficitária, sem estrutura, falida e o que é pior, os professores não estão preparados para atuar com as diferenças.

Se um dos princípios da inclusão é o de que os estudantes com deficiência possam aprender juntos independente das dificuldades e das diferenças na sala de aula, então, levanta-se aqui uma indagação: é possível aprender junto, da mesma forma, ao mesmo tempo, do mesmo jeito, se os currículos, os conteúdos e o ensino não forem adaptados? Essa indagação nos faz refletir sobre outra problemática: o professor tem dificuldades para adaptar o currículo, os conteúdos e seu planejamento, alegando que não foram, não estão e não são preparados para atuarem na sala de aula, quando nessa registra-se a matrícula de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

Ao lançar mão dos referenciais teóricos que discutem as adaptações curriculares nas escolas em todos os níveis, é necessário acentuar que de acordo com a legislação educacional (Brasil, 1998) as adaptações curriculares são medidas pedagógicas que devem ser adotadas em diversos âmbitos, tais como: no projeto pedagógico da escola, na sala de aula, nas atividades em geral e, somente quando absolutamente necessário, devem aplicar-se ao estudante individualmente. Queremos dizer que ao se

referir ao público-alvo da educação especial, essas adaptações nos currículos são essenciais, até porque, os estudantes com necessidades educativas específicas assim como os demais, aprendem em ritmos e tempos diferentes.

Não é nossa intenção conceituar nesse artigo o que significa currículo. No entanto, precisamos assinalar que ele, o currículo, é uma construção social, na qual, os professores, mediadores do saber, se organizam para torná-lo mais acessível a difusão do conhecimento científico. Partilha dessa premissa Sacristán (2000, p. 14), ao assinalar que “o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente a experiência humana, é antes um modo de organizar uma série de práticas educativas”. O que queremos alertar que na escola, em todos os níveis, o professor precisa ter a clareza que seus estudantes com e sem deficiência, não aprendem do mesmo jeito, da mesma forma, ao mesmo tempo, ou seja, nossos educandos são diferentes, têm expectativas e habilidades diversas.

Em uma educação libertadora, humana e humanizante, diríamos que na perspectiva da inclusão, são muitos os objetivos das adaptações curriculares. Nesse sentido, pensamos que o objetivo primordial das adaptações é o de garantir para todos os estudantes o acesso e o desenvolvimento do currículo, dos conteúdos ministrados nas escolas e dos conceitos científicos, necessários a todos os estudantes com e sem deficiência.

Ao se referir às adaptações curriculares na educação especial, as vezes nos deparamos com uma grande encruzilhada: o que fazer para construir um currículo adequado que seja capaz de abrigar nas escolas três grupos de estudantes oriundos de diversas deficiências como: auditiva, visual, física e múltipla; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento (autismo e psicose) e por fim, estudantes com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2010).

O presente trabalho é resultado das nossas inquietações frente os discursos pro ou contra a promoção nas escolas das adaptações curriculares. Nesse sentido, mergulhamos em referenciais que discutem no sistema educacional se é possível fazer as adaptações no currículo em uma escola ladeada de diferentes sujeitos sociais.

Estudiosos das políticas educacionais apontam que a implementação nas escolas de um currículo capaz de atender a diversidade que há no sistema de ensino na atualidade, gera uma verdadeira problemática, pois a escola recheada de disciplinas, conteúdos fragmentados e pessoas compostas por indígenas, negros, imigrantes, idosos, deficientes, dentre outros levam professores a refletir: o que fazer para implementar na escola um currículo adaptado a essa multiplicidade de sujeitos?

No mundo globalizado, sem fronteiras, ligado por redes, cujos sujeitos estão cada vez mais se fazendo presentes nas escolas, deparamos com uma grande problemática: adaptar ou não o currículo a esse universo variado de pessoas que estão adentrando nos espaçotempos das escolas? Ao mesmo tempo que essa indagação nos causa dúvidas, ela nos convida a defender, que o currículo precisa ser



adaptado às necessidades desses novos sujeitos que estão vindo para as escolas famintos pelo conhecimento, com sede de saber, enfim, necessitados de romper com os processos alienantes que excluem, marginalizam e impedem nossa inclusão nos diversos espaços educativos.

Obviamente sabemos que a implementação de um currículo adaptado nas escolas enfrenta diversos problemas, principalmente, se considerarmos que não vemos os professores trabalhando os componentes curriculares de forma interdisciplinar. Isso, a nosso ver, incorre em um grave problema: de um lado, não sabemos o que o professor que nos antecedeu trabalhou; de outro, também não sabemos o que nosso colega planejou e o que irá trabalhar.

Outra problemática que identificamos é a fragmentação dos conteúdos, que além de descontextualizados, não despertam nos estudantes interesse pelo componente curricular que estamos ministrando. Frente ao exposto, levanta-se aqui uma indagação: como promover as adaptações curriculares em um sistema educacional esfacelado e desconectado da realidade que nos ladeia?

Nas últimas décadas nossos ouvidos já se acostumaram com o discurso oficial do governo: “educação inclusiva, inclusão escolar, pessoas com deficiência”. Não vemos problema nesse discurso, até porque, somos partidários da inclusão de todas as pessoas independente se essas são ou estão em situação de deficiência.

A nosso ver, o problema está na formação inicial dos professores nos cursos de licenciaturas que, às vezes, saem das universidades sem sequer conhecer alguns recursos didáticos, técnicas e estratégias de ensino, procedimentos metodológicos e currículos adaptados às diferentes necessidades educativas específicas. Frente a essa premissa, a reflexão que fazemos é: como incluir esses novos sujeitos sociais, se não fomos formados? como promover a mediação do conhecimento se a nós, não foi permitido essa mediação? como promover a transformação sócio educacional dos nossos estudantes com e sem deficiência, se nem sequer iniciamos nossa própria transformação? enfim, como adaptar o currículo às novas exigências do mundo globalizado, se não fomos orientados para essa árdua tarefa? Essas indagações nos incomodam, na medida que nossa formação é fragmentada, os conteúdos são descontextualizados, as disciplinas são trabalhadas de forma isoladas, longe da realidade dos nossos estudantes.

Na atual conjuntura educacional, um dos maiores gargalos da educação vivenciados por professores, principal mentor do conhecimento, é a necessidade de adaptação do currículo na escola, principalmente, quando há nas instituições matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Frente ao exposto, o problema de pesquisa que suleou essa investigação foi: por que ainda registra-se resistência dos professores em realizar as adaptações nos currículos escolares?



2 OBJETIVOS

Nossos objetivos nessa reflexão foram discutir, no sistema educacional, as possibilidades de implementar, nas escolas, as adaptações curriculares, principalmente levando em consideração que há uma multiplicidade de sujeitos oriundos das variadas realidades. Nesse sentido, propomos alcançar os seguintes objetivos: entender, à luz dos referenciais teóricos, as razões políticas pelas quais os professores da escola comum, não fazem as adaptações curriculares; analisar se é pela falta de formação inicial e permanente que os professores encontram dificuldades para realizar as adaptações no currículo; identificar as principais barreiras pedagógicas que impedem as adaptações curriculares nas escolas em todos os níveis.

3 METODOLOGIA

Nossa opção nessa reflexão teórica foi pela pesquisa qualitativa. Para tanto, apoiamo-nos em Lüdke e André (1986 p. 11) ao mencionarem que: "a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento".

Por se tratar de um estudo bibliográfico, lançamos mão de Severino (2016, p. 123), ao afirmar que nas investigações bibliográficas "o pesquisador parte das pesquisas já existentes para fundamentar seu trabalho".

Se considerarmos que nossa reflexão utilizou também documentos para fundamentar essa investigação, apoiamo-nos em Piana (2009, p. 122) ao assinalar que "a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser 'fonte rica e estável de dados': não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes".

4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Na escola comum, em especial, quando nessa encontra-se matriculados estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação muitos elementos impedem, ou pelo menos dificultam, o processo de inclusão escolar desses novos sujeitos que estão adentrando no espaçotempo da escola. Essa premissa é partilhada por Mesquita, (2010, p. 312), ao assinalar que,

[...] A ideia de adaptação, posta pela política curricular revela a perspectiva não de unidade, mas homogeneizadora do currículo oficial. Do quanto a política educacional, a despeito dos avanços possibilitados pela proposta de educação inclusiva, ainda se deixa flagrar pelas contradições inerentes aos seus discursos, a exemplo da afirmativa acima "adaptação do currículo regular".

À luz dos referenciais que discutem se o currículo deve ser adaptado, adequado ou diferenciado nas escolas, principalmente se nessas há a presença do estudante com deficiência, denota-se diferentes posições teóricas. Rodrigues (2003, p. 92) defende que o currículo deve ser diferenciado alegando que

[...] A diferenciação curricular que se procura na inclusão é a que tem lugar no meio em que não se separa os alunos com base em determinadas categorias, mas em que se educam os alunos em conjunto, procurando aproveitar o potencial educativo das suas diferenças, em suma, uma diferenciação na classe assumida como um grupo heterogêneo.

Partilhamos dessa ideia na medida em que nossas escolas cuja realidade são diferentes, pensamos que o currículo deve ser diferenciado, de modo a atender todos os estudantes, inclusive, o público da educação especial em uma perspectiva inclusiva.

Obviamente, sabemos que no novo século inclusão é para nós, como a globalização, não tem volta. As salas integradas já se foram, vivemos em uma outra realidade, a que defende o princípio de que todas as crianças com ou sem deficiência devem aprender juntas, sem a segregação, exclusão e marginalização social. Isso pode ser vivenciado nos escritos de Mesquita (2010, p. 314), ao acentuar que

Partindo do pressuposto de que a inclusão visa a valorização e o respeito à diversidade, é importante então considerá-la como um ponto de partida na aceitação da diferença, em vez de sua estigmatização. Dessa forma, começará a romper com práticas segregacionistas, vislumbrando ações integrativas que vejam a “normalidade” na diferença.

A democratização da escola, o discurso educação para todos, todos juntos por uma educação inclusiva, são nomenclaturas que passamos ouvir no século XXI. Ao se referir às adaptações curriculares, defendemos essa possibilidade, na medida que nossos estudantes diferentes, oriundos das mais variadas realidades étnicas, necessidades educativas específicas, gênero e diversidade, vemos em Sacristán, (2000, p. 16) que é por meio do currículo que eliminamos ou pelo menos reduzimos essas barreiras. Nesse sentido assinala que "É por meio dele também que conseguiremos orientar o trabalho educativo numa perspectiva inclusiva". Essa possibilidade só pode ser efetivada na escola, se professores do ensino comum e professores do ensino especial, trabalharem em parcerias, trocando experiências, sendo colaborativos e cooperativos uns com os outros, até porque, ensinar em uma perspectiva inclusiva requer esforços conjunto e não ação pedagógica isolada, descontextualizada, fora da realidade que nos ladeia.

Se reportarmos aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – (Brasil, 1998, p. 33), é possível assinalar que para realizar adaptações curriculares, quando essas se referem ao público da educação especial, precisamos atentar para os seguintes critérios "o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o aluno". Na nossa concepção, se os professores em sua formação inicial e permanente forem bem formados, seguramente, não terão dificuldades para realizarem essas adaptações, principalmente se seus estudantes, forem da educação especial em uma perspectiva inclusiva.



As reflexões frente às adaptações curriculares, são justificadas mediante a necessidade de se adequar o ensino e o currículo às especificidades dos estudantes com deficiência mais acentuada. Na nossa concepção, isso incorre em um sério problema, até porque, em muitas situações, corremos o risco de abrir mão de conteúdos relevantes ao processo de sua formação. Essa premissa é partilhada por Michels (2006, p. 409) ao acentuar que "podemos, nessa lógica, cair na armadilha, segundo a qual, em nome do respeito às diferenças, os estudantes sejam excluídos de seu direito ao conhecimento". Esse perigo pode ocorrer, na medida em que nós não temos certeza se o currículo deve ser adaptado àqueles estudantes que tem alguma necessidade especial mais severa.

Hoje, um dos dilemas que os professores enfrentam em seu cotidiano pedagógico é a dúvida: adaptar ou não o currículo aos estudantes com necessidades educativas específicas. Frente a essa assertiva, Cenci e Damiani (2013 p. 722) assinalam que: "ao defender a flexibilização/adaptação curricular, pode-se estar legitimando processos de exclusão no cenário da educação que se quer inclusiva". Nesse contexto é papel da escola, do sistema educacional e dos professores, claro, uma vez bem formados, dar conta de ensinar todos os estudantes, sejam eles sujeitos com ou sem deficiência ou não.

No contexto da escola aberta a diversidade, temos de ter clareza de que nossos estudantes precisam ser bem instruídos em seu processo de formação. O problema é que ao defender as diferenças, às vezes, privamos os nossos estudantes de dominar conceitos científicos relevantes a construção de diferentes saberes, bem como ao seu desenvolvimento intelectual.

Estudiosos da inclusão escolar, espalhados em diferentes países, são incisivos em afirmar que as adaptações curriculares se constituem como a base para se efetivar no sistema educacional uma verdadeira proposta inclusiva. Nesse sentido, Herdeiro (2010) defende que o currículo precisa ser adequado, visando não apenas a inclusão de alguns, mas sim de todos que estão adentrando nas escolas. Partilhamos desse pressuposto, na medida em que na nossa concepção, a adaptação curricular tem trazido avanços ao trabalho dos professores junto aos estudantes com deficiência.

Enquanto educador, defensor da inclusão escolar para todas as pessoas, precisamos ficar atentos às armadilhas que as adaptações curriculares também podem nos trazer, na medida em que elas, uma vez, implementadas por coordenadores pedagógicos, gestores e professores desavisados, podem reforçar a formação de guetos aqui entendidos como excludentes, ou seja, aquilo que Rodrigues (2006) chama de inclusão excludente.

O que intencionamos, quando defendemos as adaptações curriculares nas escolas, queremos que nossos estudantes, diferentes, oriundos da diversidade, possam não apenas ingressar nas escolas, compor as estatísticas governamentais, engrossar o discurso distorcido da inclusão, queremos sim, que esses novos sujeitos numa perspectiva inclusiva, tenham sucesso e permanência nos variados níveis de ensino. Isso não é utopia, isso é possível.



5 NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

Nossas reflexões sobre essa temática não são finais, nem ao menos conclusivas, até porque, as discussões sobre as adaptações curriculares ainda requerem muitos debates, estudos e questionamentos dos docentes, que se por um lado propõem que o currículo seja adaptado às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, por outro, há muitas dúvidas de como fazer essas adaptações nas escolas em todos os níveis.

A defesa pela adoção dos conceitos científicos não tem a intenção de condenar as adaptações curriculares. Ao contrário, na escola inclusiva, pensamos que as adaptações são necessárias para que os conceitos tenham um maior poder de cientificidade, na medida em que nossos estudantes não aprendem no mesmo ritmo, da mesma forma, ao mesmo tempo.

Ao retomar a questão que suscitou a reflexão, aqui denominada “por que ainda registra-se resistência dos professores em realizar as adaptações nos currículos escolares?”, o estudo nos mostrou que no espaço-tempo da escola ainda há muitas dúvidas em adaptar ou não o currículo aos estudantes com necessidades educativas específicas. Não se trata aqui de que os professores precisem adaptar o currículo e os conteúdos para cada estudante com necessidade específica diferente. Não se trata também de construir um planejamento para atender cada deficiência. Pensamos que os professores precisam entender que o que deve ser adaptado são os recursos didáticos, os procedimentos metodológicos, as estratégias de ensino, de modo que os estudantes, com e sem deficiência, possam aprender com a diversidade em sala de aula.

À luz da literatura especializada que defende as adaptações no espaço escolar, Silva e Moreira (2008, p. 2657) assinalam que

[...] O currículo não deve ser concebido de maneira a ser o aluno quem se adapte aos moldes que a escola oferece, mas como um campo aberto à diversidade. Essa diversidade não é no sentido de que cada aluno poderia aprender conteúdos diferentes, mas sim aprender conteúdos de diferentes maneiras.

As autoras querem dizer que o currículo precisa estar aberto às diferentes necessidades específicas, étnicas, culturais e sociais.

Nossas reflexões nesse estudo nos fizeram pensar que se a escola insistir em manter um currículo com rigidez, carregado de conteúdos pode se tornar uma das maiores causas de exclusão e marginalização dos estudantes com deficiência incluídos na escola comum. Queremos dizer que não são os estudantes que têm que se adaptarem a esse modelo de escola que temos na atualidade. Não podemos incorrer no perigo de que o currículo se transforme no estigma das diferenças, nas quais cada estudante tenha currículo e conteúdo diferente, reduzido às suas necessidades educativas específicas.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm>. Recuperado em: Ago. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais específicas. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Recuperado em: Set. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Recuperado em: Set. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2010-pdf/6726-marcos-politicos-legais>>. Recuperado em: Mar. 2024.

CENCI, Adriane; DAMIANI, Magda Floriana. Adaptação curricular e o papel dos conceitos científicos no desenvolvimento de pessoas com necessidades educacionais especiais. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 713-726. set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>> Recuperado em: Ago. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro (RJ), v. 10, n. 29, p. 3-8, 2004. Disponível em: <<https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/509>>. Recuperado em: Abr. 2024.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/125135>>. Recuperado em: Abr. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MESQUITA, Amélia Maria Araújo. Currículo e educação inclusiva: as políticas curriculares nacionais. Espaço do currículo, v.3, n.1, p. 305-315, mar./set. 2010. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Recuperado em: Ago. 2024.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11, n.33 set./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9DKY9WgbVLqNqvyLkpVDZNS/abstract/?lang=pt#>>. Recuperado em: Ago. 2024.

PIANA, Maria Cristina. A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional. In: PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente



social no cenário educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.119-166. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>> . Recuperado em: Maio 2023.

RODRIGUES, David. A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, Lisboa, n. 24-25, p. 73-81, 2003. Disponível em: <<http://www.spfef.pt>>. Recuperado em: Nov. 2023.

RODRIGUES, David. Dez idéias mal feitas sobre educação Inclusiva. In: RODRIGUES, David. (Org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Ed. Summus, 2006. SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Vanessa Caroline; MOREIRA, Laura Ceretta. Currículo na escola inclusiva: o estigma da diferença. In: VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE; III CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIA NAS ESCOALS – CIAVE. FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2008, Curitiba. Anais ... Curitiba: Champagnat, 2008. p. 2652-2663. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/849_727.pdf>. Recuperado em: Ago. 2023.

UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Recuperado em: Maio 2023.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Recuperado em: Maio 2023.